

Panorama dos Programas de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho nas Instituições Federais de Ensino Brasileiras

Cristiana Ormond Zapp (UTFPR) cristiana.zapp@gmail.com

Ariel Orlei Michaloski (UTFPR) ariel@utfpr.edu.br

Resumo:

A Qualidade de vida no Trabalho (QVT) é uma preocupação antiga do ser humano e tem sido objeto de um crescente número de estudos nos últimos anos, pois se observou que a melhora na qualidade de vida no trabalho contribui positivamente na qualidade dos produtos/serviços ofertados. Para os servidores públicos foi instituído em 2009 o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS). O SIASS tem, entre outras, a prerrogativa de "prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional". Com isso em mente, o presente estudo buscou traçar um panorama dos programas de QVT atualmente existentes em instituições federais de ensino nos estados brasileiros. Para isso, foram utilizados dados do sítio oficial do SIASS. Foram encontrados 151 programas distribuídos em 18 estados brasileiros. Nove estados não possuem quaisquer registros de programas de saúde e qualidade de vida no sítio do SIASS. A maior parte dos programas é desenvolvido em instituições de ensino (95 de 151). O estado com o maior número de programas registrados foi Minas Gerais (n= 40), seguido por Rio de Janeiro (n=30) e Santa Catarina (n=18). Quanto à área temática dos programas ofertados, observou-se que a 26% dos programas são voltados a saúde ocupacional e os demais à saúde geral dos servidores. Conclui-se com isso que, apesar dos avanços recentes, a saúde do trabalhador em instituições públicas ainda tem uma abrangência limitada. Espera-se que hajam incentivos do poder público para incremento de iniciativas nessa área.

Palavras-chave: Medicina do Trabalho, Instituições Acadêmicas, Poder Público.

Overview of Health Programs and Quality of Life at Work in Brazilian Federal Education Institutions

Abstract

Quality of life at work (QWL) is an old human concern and has been the object of a growing number of studies in recent years, since it has been observed that the improvement in quality of life at work contributes positively to the quality of products / services offered. For the public servants was created in 2009 the Integrated Subsystem of Attention to the Health of the Federal Public Server (SIASS). SIASS has, among others, the prerogative of "prevention and follow-up of the health of the employees of the federal administration, autarchic and foundational". With this in mind, the present study sought to outline the current QWL programs in federal educational institutions in the Brazilian states. For that, data from the official SIASS website were used. A total of 151 programs were found in 18 Brazilian states. Nine states do not have any records of health and quality of life programs on the SIASS

websítio. Most programs are developed in educational institutions (95 out of 151). The state with the highest number of recorded programs was Minas Gerais (n = 40), followed by Rio de Janeiro (n = 30) and Santa Catarina (n = 18). Regarding the thematic area of the programs offered, it was observed that 26% of the programs are focused on occupational health and the others on the general health of the employees. It is concluded that, despite the recent advances, the health of the worker in public institutions still has a limited scope. It is hoped that there will be incentives from the public power to increase initiatives in this area.

Key words: Occupational Medicine. Academic Institutions. Public Power.

1. Introdução

A Qualidade de vida no Trabalho (QVT) é uma preocupação do ser humano desde tempos remotos e tem sido objeto de crescente número de estudos nos últimos anos (RODRIGUES, 1999; TIMOSSI, 2009). O motivo dessa atenção é o resultado de estudos recentes que apontam que a melhora na qualidade de vida no trabalho contribui positivamente na quantidade e qualidade dos produtos/serviços ofertados (IORKOSKI e RISSI, 2009).

Timossi (2009) também aponta que um estilo de vida saudável é um importante aspecto da QVT. Além disso, Huse & Cummings (1985 apud RODRIGUES, 1999), em seu trabalho, enumeraram diversas as áreas envolvidas na QVT, dentre as quais a segurança e saúde no trabalho.

No mesmo sentido, o governo federal tem demonstrado uma crescente preocupação em relação à saúde do trabalhador. Em 1990, com a criação do Sistema Único da Saúde, através da Lei 8080/90, eram previstas ações em saúde do trabalhador (BRASIL, 1990). Posteriormente, em 2012, foi implantada a Política Nacional da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, através da Portaria 1823/12, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012).

Para o servidor público, em 2009 o decreto 6833 instituiu o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS e o comitê Gestor de Atenção a Saúde do Servidor (BRASIL, 2009a).

Assim, segundo o referido decreto, “O SIASS tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal”.

Com isso em mente, o presente estudo buscou traçar um panorama dos programas de saúde e qualidade de vida no trabalho atualmente em vigor realizadas por instituições federais de ensino superior brasileiras. Para isso, utilizou-se dos dados existentes no sítio oficial do SIASS (2018). Tais dados serão descritos posteriormente.

2. Revisão literária

A Qualidade de vida no trabalho começou a ganhar importância a partir dos anos 1970 e, apesar do tema já ter um papel importante no setor privado,

sendo foco de grandes pesquisas na área, nas instituições públicas, esse tema ainda é incipiente (FERREIRA, ALVES e TOSTES, 2009). Esses autores fizeram então uma análise da gestão do QVT em dez instituições públicas e concluíram que há um descompasso entre a necessidade dos servidores e a resposta dos gestores, devido principalmente a três fatores: práticas em QVT essencialmente individuais, assistenciais e com foco em produtividade e não no indivíduo.

Além disso, como não havia uma iniciativa do governo federal que desse as diretrizes para a área de QVT no setor público, os órgãos que se propuseram a realizar ações desse tipo acabaram por desenvolver estratégias próprias para administrar a saúde e qualidade de vida de seus servidores. Com isso, nasceram grandes discrepâncias entre os órgãos: enquanto algumas entidades traziam iniciativas de promoção de saúde excelentes, havia ainda aqueles que não tinham quaisquer ações nessa área (PÉREZ, 2011).

Desse modo, com a criação do SIASS em 2009, procurou-se unificar as ações em assistência à saúde, perícia oficial e promoção, prevenção e acompanhamento da saúde (BRASIL, 2009).

Segundo Martins *et al* (2017), o SIASS representou um avanço em termos de saúde do trabalhador, pois ampliou esse o conceito: se anteriormente as instituições somente cuidavam da promoção de saúde ocupacional, passaram a promover também a saúde dos servidores de um modo mais amplo. Nesse novo modelo, também, o servidor passa a ser um agente transformador de sua própria condição de saúde, passando de uma postura passiva para uma postura ativa, em busca de melhores condições de sua própria saúde. Assim, em seu estudo de 2017, os autores concluíram (MARTINS *et al*, 2017, p. 1437-1438):

Apesar dos avanços significativos na ampliação dos recursos legais para efetivação de uma política de atenção à saúde dos servidores públicos, observa-se que é necessária uma maior articulação com os princípios que orientam a saúde dos trabalhadores, como integralidade, interdisciplinaridade e participação destes com o desenvolvimento de ações de vigilância e assistência e com foco na prevenção e promoção da saúde.

Por fim, em 2013, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou a Portaria Normativa N°03, que instituiu as diretrizes de promoção de saúde do servidor público federal. Dentre as ações de promoção de saúde e qualidade de vida, foram citadas no referido documento as seguintes (BRASIL, 2013, p. 4)

- a) saúde do adulto;
 - b) saúde bucal;
 - c) saúde do homem;
 - d) saúde do idoso;
 - e) saúde mental;
-

- f) saúde da mulher;
- g) saúde das pessoas com deficiência; e
- h) saúde ocupacional.

Com base nos conceitos apresentados, a presente pesquisa se propõe a traçar um panorama das iniciativas na área de promoção de saúde e qualidade de vida no trabalho no âmbito das instituições federais de ensino superior.

3. Metodologia

Foram utilizados dados existentes no sítio oficial do SIASS (Disponível em: < <https://www2.siapenet.gov.br/saude/portal/public/index.xhtml?jsessionid=199377E2D4BC00862260C1D32AEA8551.saude1>>) a respeito dos programas de promoção à saúde e qualidade de vida no trabalho existentes em órgãos públicos federais de todos os estados brasileiros. Dentre os órgãos referidos no sítio, optou-se por selecionar para observar com mais detalhes os programas que são realizados por instituições federais de ensino superior.

Os dados extraídos foram organizados em tabelas e gráfico e demonstrados a seguir

4. Resultados e Discussão

Na Tabela 1 podemos encontrar os 26 estados brasileiros e o distrito federal, em ordem alfabética, e as respectivas quantidades de programas realizados em seu território, respectivamente, por órgãos públicos federais (2ª coluna) e exclusivamente por instituições federais de ensino superior (3ª coluna).

Ao observarmos os programas de saúde e qualidade de vida no trabalho no sítio do SIASS, encontramos no total 151 programas atualmente em vigor, distribuídos em 17 estados brasileiros e 1 distrito federal. O estado com o maior número de programas registrados no SIASS foi Minas Gerais (n= 40), seguido de Rio de Janeiro (n=30) e Santa Catarina (n=18).

Por outro lado, pela observação da Tabela 1, nota-se que nove dos vinte e seis estados brasileiros não possuem registro no sítio do SIASS de programas de saúde e qualidade de vida no trabalho: Acre, Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Piauí e Rondônia.

Batista (2015), realizou uma pesquisa em 2015 no mesmo sítio e constatou que, àquela época, os programas somavam 91 ao total, realizados por 16 estados e 1 distrito federal. Esses números representam um aumento de 66% no número de programas registrados nos últimos três anos. Além disso, à época daquele estudo, havia um panorama bastante diverso do presente estudo. Naquele momento, o estado com o maior número de programas era o Rio de Janeiro (com 20 programas), seguido por Pará (com 16). Na época, Minas Gerais ocupava o terceiro lugar, com o total de 14 programas registrados. Isso pode indicar que o desenvolvimento das

instituições acadêmicas mineiras na área de Saúde do Trabalhador teve um desenvolvimento recente e talvez ainda em fase de expansão.

Em contrapartida, três estados no estudo de Batista (2015) tinham registro de programas no sítio do SIASS em 2015 e hoje já não se tem mais esse registro: Acre, Espírito Santo e Pará. Por outro lado, Amazonas, Bahia, Ceará e Paraíba registraram programas de saúde e qualidade de vida no trabalho para os seus servidores nos últimos três anos. Assim, apesar das perdas, pode-se ainda notar a tendência a aumento de ações na área de QVT.

Importante salientar que esses dados não significam necessariamente que não haja intervenções em saúde do servidor nos referidos estados, mas somente que não há registro no sítio do SIASS.

Outro ponto que podemos destacar pela observação da Tabela 1 é que a maior parte dos programas registrados no sítio são desenvolvidos em instituições de ensino (104 de 151).

Seis estados, no entanto, não possuem registro de programas desenvolvidos por instituições federais de ensino superior. Dentre esses, chamou a atenção o estado de São Paulo, notório pela qualidade de suas instituições de ensino superior. Além disso, São Paulo é sede de importantes instituições voltadas à saúde do trabalhador, como a Fundacentro.

Estado	Total Programas	Programas em instituições de Ensino
Acre	0	-
Alagoas	4	4
Amapá	0	-
Amazonas	1	1
Bahia	6	2
Ceará	1	1
Distrito Federal	18	0
Espírito Santo	0	-
Goiás	6	0
Minas Gerais	40	40
Pará	0	-
Paraíba	2	2
Paraná	0	-
Pernambuco	3	2
Piauí	0	-
Rio de Janeiro	30	23
Rio Grande do Norte	4	4
Rio Grande do Sul	3	2
Rondônia	0	-
Roraima	1	0
Santa Catarina	18	15
São Paulo	3	0
Sergipe	1	0

Tocantins	1	0
Minas Gerais	40	40
Pará	0	-
Paraíba	2	2
Total	151	104

Fonte: adaptado do sítio do SIASS

Tabela 1 – Total de programas em órgãos públicos federais e programas implementados em instituições de ensino por estado.

Na Tabela 2, estão listadas as instituições de ensino por ordem de decrescente de acordo com o número de programas desenvolvidos em suas instalações. Assim, pela observação da tabela 2, notamos que as instituições com maior número de programas são, nessa ordem, uma instituição dos estados de Minas Gerais (Universidade Federal de Itajubá = 25 programas), do Rio de Janeiro (Universidade Federal Fluminense = 15) e de Santa Catarina (Universidade Federal de Santa Catarina = 15). Esses dados vão de encontro àqueles presentes na tabela 1, pois nesta, esses três estados são os que mais ofertam programas de qualidade de vida no trabalho aos seus servidores.

Note-se que o estado de Minas Gerais se destaca não somente por responder pelo estado com o maior número de programas e com a instituição que isoladamente mostra-se com o maior número de programas registrados no sistema SIASS, mas também a totalidade deles é desenvolvido em instituições federais de ensino. Destaca-se a Universidade Federal de Itajubá (Tabela 2), que responde pelo maior número de programas em uma única instituição (n= 25).

Por outro lado, parte considerável das instituições (Total= 7) possui somente um programa descrito no sítio do SIASS.

Em seu estudo sobre as universidades federais gaúchas, Garlet, Beuron e Scherer (2017) também observaram bastante discrepância entre as instituições pesquisadas em relação aos programas voltados à QVT. Isso também vai de encontro ao que apontaram Ferreira, Alves e Tostes (2009) e Pérez (2011).

Estado	Órgão	N
MG	Universidade Federal de Itajubá	25
RJ	Universidade Federal Fluminense	15
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	15
MA	Fundação Universidade do Maranhão	08
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	08
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	04
MG	Fundação Universidade Federal de Uberlândia	04
MG	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	03
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	03
AL	Instituto Federal de Alagoas	02
AL	Universidade Federal de Alagoas	02
BA	Instituto Federal Baiano	02

MG	Universidade Federal de Alfenas	02
PB	Universidade Federal da Paraíba	02
RS	Universidade Federal de Santa Maria	02
AM	Fundação Universidade do Amazonas	01
CE	Instituto Federal do Ceará	01
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	01
MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	01
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	01
PE	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	01
RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	01

N= Numero de programas por instituição

Fonte: resultados da pesquisa

Tabela 2. Total de programas por instituição de ensino

Por fim, foram analisados e classificados em quatro grandes áreas os programas de saúde e qualidade de vida no trabalho desenvolvidos pelas instituições federais de ensino superior em quatro grandes áreas: Saúde Ocupacional, Saúde e Qualidade de Vida, Prevenção e Manejo de Doenças Crônicas e Preparação para a Aposentadoria. A proporção da área temática dos programas em relação ao total podemos observar na Figura 1.

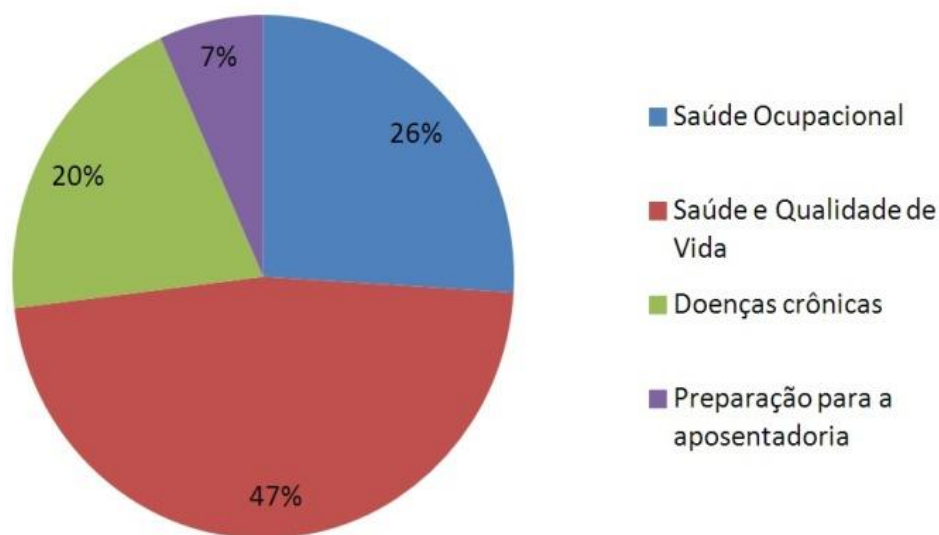


Figura 1. Áreas temáticas dos programas. Fonte: os autores

Pela observação da Figura 1, podemos notar que a maior parte dos programas (47%) têm o foco na área de Saúde e Qualidade de Vida, seguida pela área de Saúde Ocupacional (26%), Prevenção e Manejo de Doenças Crônicas (20) e Preparação para a aposentadoria. O foco de tais programas está de acordo com a

Portaria Normativa Nº03 do Ministério do Planejamento (BRASIL, 2013, p. 4), que prevê ações diversas em saúde: saúde do adulto, saúde bucal, saúde do homem, saúde do idoso, saúde mental, saúde da mulher, saúde das pessoas com deficiência e saúde ocupacional. Assim sendo, mesmo os programas relacionados à Preparação para a aposentadoria, estão de acordo com a portaria, se levarmos em consideração uma visão ampliada de saúde.

Por outro lado, o escopo da maior parte dos programas (73%) não está relacionado diretamente à saúde ocupacional, mas sim à saúde geral dos servidores, seja de forma preventiva ou curativa. Isso vai de encontro ao encontrado por Ferreira *et al* (2009), que relataram que a maior parte dos programas de QVT têm um enfoque assistencialista.

5. Considerações finais

A presente pesquisa buscou traçar um panorama dos 151 programas de saúde e qualidade de vida encontrados atualmente em vigor em órgãos federais em 17 dos 26 estados brasileiros (acrescido do distrito federal). Desses, a maior parte são desenvolvidos por instituições federais de ensino superior (104 de 151).

Em relação ao estudo de Batista (2015), nota-se um avanço no desenvolvimento de iniciativas nessa área, porém ainda não há uma consistência entre as instituições e ainda carece de uma abrangência mais ampla.

Além disso, a maior parte dos programas possui um foco assistencialista, carecendo de uma maior conscientização e desenvolvimento de ações na área de medicina ocupacional dentro das instituições públicas de ensino. Espera-se que os investimentos nessa área possam aumentar a fim de contribuir para a melhoria da qualidade de vida no trabalho dos servidores dessas instituições.

Referências

BATISTA, L. A. *Qualidade de Vida no Trabalho: a Realidade dos Institutos Federais*. Revista de Ciências Gerenciais, Londrina, v. 19, n. 30, p.48-51, 1º sem, 2015. Semestral.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto no 6.833, de 29 de abril de 2009*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 abril 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6833.htm>. Acesso em: 23 out. 2017

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto no 6.856, de 25 de maio de 2009*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 maio 2009b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6856.htm>. Acesso em: 23 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Portaria no.1.823 de 23 de agosto de 2012*. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: <bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html>. Acesso em : 23 out. 2017.

Ponta Grossa, Paraná, Brasil – 06 a 08 de junho de 2018

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.. *Portaria Normativa No 03, de 25 de março de 2013*. Disponível em: <http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/ORGAOS/Min_Div/MPOG_PortNorm_03_13.html>. Acesso em : 23 mar. 2018.

FERREIRA, M. C.; ALVES, L.; TOSTES, N. *Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no Serviço Público Federal: o Descompasso entre Problemas e Práticas Gerenciais*. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 25, n. 3, p.319-327, jul-set 2009. Trimestral.

FERREIRA, R. R. et al. *Concepção e implantação de um programa de qualidade de vida no trabalho no setor público: o papel estratégico dos gestores*. Revista de Administração, São Paulo, v. 44, n. 2, p.147-157, abr. 2009. Trimestral.

GARLET, V.; BEURON, T. A.; SCHERER, F. L. *Qualidade de vida no serviço público: ações de qualidade de vida no trabalho apresentadas nos documentos das instituições federais de ensino superior gaúchas*. Revista do Cepe, Santa Cruz do Sul, v. 45, n. [], p.109-126, jan./jun. 2017. Semestral.

IORKOSKI, C. R. B; RISSI, V. *Avaliação da qualidade de vida no trabalho: estudo de caso no setor público*. Revista de administração e ciências contábeis do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU, v. 4; n. 8, p.1-14, 2009.

MARTINS, M. I. C. et al. *A política de atenção à saúde do servidor público federal no Brasil: atores, trajetórias e desafios*. Ciência & Saúde Coletiva, [s.l.], v. 22, n. 5, p.1429-1440, maio 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232017225.33542016>.

PÉREZ, M. A. G. *A informação em saúde como elementos de gestão integrada de pessoas na administração pública*. In: Congresso CONSAD de gestão pública, 4., 2011, Brasília. Painel. Brasília: CONSAD, 2011. p. 39 - 53.

PONCE, T. B. *O papel dos agentes de Recursos Humanos na intermediação entre os servidores e a unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS)*. 2014, 96 f. Dissertação (mestrado). Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro). Programa de Pós-Graduação Trabalho, Saúde e Ambiente. São Paulo, 2014.

RODRIGUES, M. V. C. *Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 206 p.

SUBSISTEMA INTEGRADO DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL – SIASS. *Sítio Oficial*. Disponível em: <<https://www2.siapenet.gov.br/saude/portal/public/index.xhtml;jsessionid=199377E2D4BC00862260C1D32AEA8551.saude1>>, acesso em 25 de mar.. 2018

TIMOSSI, L. da S. *Correlações entre a qualidade de vida e a qualidade de vida no trabalho em colaboradores das indústrias de laticínios*. 2009, 173 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Ponta Grossa, Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Ponta Grossa, 2009.